

***Debatedores reconhecem problema financeiro, mas discordam sobre como empregados e banco devem contribuir para a solução***

Representantes dos bancários e da direção da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) divergiram sobre como lidar com a crise que afeta a entidade, durante audiência pública realizada nesta quinta-feira (21) pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O debate foi proposto pela deputada Erika Kokay (PT-DF).

Por determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Cassi está sob regime de direção fiscal desde julho. Esse procedimento é instaurado em operadoras com anormalidades administrativas ou econômico-financeiras que podem colocar em risco a qualidade e a continuidade do atendimento.

Representantes dos funcionários do BB e associados da Cassi comentaram as alternativas que podem solucionar um rombo de quase R\$ 1 bilhão. Até o dia 28 de novembro acontece uma terceira consulta aos associados sobre proposta que, entre outros itens, prevê contribuições maiores dos funcionários. As anteriores fracassaram.

A proposta tem apoio de 4 das 5 maiores entidades dos funcionários do BB. O problema financeiro é reconhecido, mas há divergência sobre como empregados e banco devem contribuir para a solução. Se a proposta não passar, a Cassi terá de apresentar à ANS em janeiro um programa de saneamento de até 36 meses.

**Redução de despesas**

O gerente da Cassi Claudio Said avaliou no debate que são poucas as opções para resolver o rombo atual. “A única forma de fazer isso é alterando o modelo de custeio”, disse. Segundo ele, se não houver receitas extras será necessário mexer nas despesas – que, em termos da legislação, são os benefícios e as coberturas.

“Quem quer que tenha deixado o tempo passar e a situação ficar da forma que ficou, com a corda no pescoço para a Cassi, não dá para dizer outra coisa, pouco importa”, continuou Said. “O que importa é que nós temos que ter uma saída.”

**Contribuição do BB**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) é contra a proposta. Para o secretário-geral da Contec, Gilberto Vieira, a intenção é limitar a contribuição do BB, que indica o presidente e o diretor financeiro da Cassi, e transferir a conta do rombo para os funcionários. “Quem ganha até R\$ 4 mil pode ser excluído do plano, por falta de capacidade de pagamento”, observou.

Não foram convidados para o debate representantes da direção do Banco do Brasil (BB), que é a entidade patrocinadora do plano de saúde dos funcionários da instituição. Segundo Erika Kokay, a questão da Cassi deverá ser abordada com o presidente do BB, Rubem Novaes, em outra audiência pública da comissão.

A Cassi diz no seu site que é a maior operadora de autogestão em saúde do Brasil, com 683 mil participantes. Criada em 1944, é o mais antigo plano de saúde do País, segundo a ANS. Atende funcionários e aposentados do BB e dependentes, familiares até o quarto grau consanguíneo e parentes afins até segundo grau.

**Fonte:** Agência Câmara Notícias, em 21.11.2019